ACÓRDÃO - AC00 - 2171/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/3048/2018
PROTOCOLO	: 1893298
TIPO DE PROCESSO	: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVIRAI
JURISDICIONADO	: 1. JOSÉ IZAURI DE MACEDO; 2. MARIA TELMA DE OLIVEIRA MINARI.
ADVOGADOS	: 1. JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA - OAB/MS Nº 10.849; 2. PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVEIRA – OAB/MS Nº 19.417; 3. ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO – OAB/MS Nº 10.675.
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EXATIDÃO DOS RESULTADOS APURADOS – NOTAS EXPLICATIVAS – MCASP – DESACORDO – REGULARIDADE COM RESSALVA – CONCURSO PÚBLICO PARA O PREENCHIMENTO DO CARGO DE CONTROLADOR INTERNO – RECOMENDAÇÃO – FALTA DE REMESSA TEMPESTIVA DE DOCUMENTOS – MULTA.

1. Apresentadas as contas de gestão conforme os parâmetros normativos, revelando conformidade com as determinações legais e constitucionais estabelecidas, mas, verificadas as impropriedades que não as maculam a ponto de torná-las irregulares, a prestação de contas merece a aprovação com ressalva, que resulta na recomendação ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, as normas que norteiam a Administração Pública, a fim de não incorrer nas mesmas falhas.

2. É cabível a recomendação ao responsável pelo órgão para que promova estudos no sentido de realizar concurso público para o preenchimento do cargo de controlador interno.

3. A falta de remessa tempestiva de documentos à Corte de Contas caracteriza infração punida com multa, que aplicada ao responsável, com fulcro no art. 46, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 23ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 29 de novembro a 2 de dezembro de 2021, ACORDAM os Senhores Conselheiros na conformidade da ata de julgamento, por

unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade, com ressalva,** da prestação de contas anual de gestão do **Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Naviraí**, referente ao exercício de **2017**, sob a responsabilidade do Sr. **José Izauri de Macedo** e da Sra. **Maria Telma de Oliveira Minari**, respectivamente, ex-prefeito municipal e gestora municipal, à época, dando-lhes a devida **quitação**, com fundamento no art. 59, II, c/c. o art. 60, ambos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **aplicação de multa no valor de 30 (trinta) UFERMS** ao Sr. **José Izauri de Macedo**, ex-prefeito municipal, pela falta de remessa tempestiva de documentos, com fulcro no art. 46 da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012; pela **aplicação de multa no valor de 30 (trinta) UFERMS** a Sra. **Maria Telma de Oliveira Minari**, gestora municipal, à época, pela falta de remessa tempestiva de documentos, com fulcro no art. 46 da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012; pela **concessão** do prazo de **45 (quarenta e cinco) dias úteis** para que os responsáveis acima nominados recolham os valores das multas impostas nos itens 2 e 3 aos cofres do FUNTC, comprovando-se nos autos, com fulcro nos arts. 54 e 83 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 185, I, “b”, e § 1º, I e II, e o art. 210, ambos do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, sob pena de cobrança executiva, nos termos do art. 77, § 4º, da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul; pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, as normas que norteiam a Administração Pública, a fim de não incorrer nas mesmas impropriedades, nos termos do art. 185, IV, *b*, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018; e pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que promova estudos no sentido de realizar concurso público para o preenchimento do cargo de controlador interno.

Campo Grande, 2 de dezembro de 2021.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

Trata o presente processo da prestação de contas anual de gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Naviraí, referente ao exercício de 2017, encaminhada a esta Corte de Contas em conformidade com o Manual de Peças Obrigatórias, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 54/2016, vigente à época.

A Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão – Coordenadoria de Contas dos Municípios (DFCGG/CCM), por intermédio da Análise ANA – DFCGG/CCM – 8059/2020, concluiu que a prestação de contas está em conformidade com os aspectos relevantes e com os critérios aplicáveis, com as devidas ressalvas.

A Auditoria, por meio do Parecer PAR – GACS PSS – 6919/2021, opinou conforme segue:

> *"Ante o exposto, com base nos exames e conclusões presentes nas fundamentações deste parecer, em cumprimento ao que estatuem os artigos 14, inciso I e 59, II, todos da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012 (LO/TCE/MS), esta Auditoria opina: a) Pela regularidade com ressalva do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Naviraí, exercício de 2017, tendo em vista o prescrito no art. 59, II da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 (LO-TCEMS); b) Pela aplicação de multa prevista no art. 46, da LO-TCE/MS, em decorrência da remessa intempestiva dos documentos exigidos pela Resolução TCE/MS nº 54/2016, conforme mencionado no item 2.1.2 deste parecer; c) Pela recomendação ao prefeito para realização de concurso público para o cargo de controlador interno, haja vista que, conforme entendimento do STF, o cargo de controlador interno é técnico não podendo ser provido por provimento em comissão em homenagem ao art. 37, II da CF/88. O STF em decisão – tomada em 08/06/2020, no RE 1.264.676/SC, reiterou decisões anteriores que já afirmavam a natureza técnica do Cargo de Controlador interno e a necessidade do cargo ser provido por concurso público. d) Pela recomendação ao gestor no sentido de que oriente a contabilidade e a controladoria interna no sentido de que tenham zelo com documentos encaminhados ao TCE/MS, sobretudo àqueles que foram produzidos por terceiros, a fim de evitar que sejam responsabilizados pelas incorreções por ventura identificadas nas DCASP e outros demonstrativos que tenham sido assinados eletronicamente e encaminhados a essa Corte de Contas; e) Pela fixação de prazo ao gestor do FMDCA para que nos próximos exercícios elabore e publique de forma conjunta*

às demonstrações contábeis com informações relevantes e não suficientemente evidenciadas nas DCASP, conforme orienta o MCASP 7ª edição."

O Ministério Público de Contas (MPC), via parecer PAR - 3ª PRC 7258/2021, opinou no seguinte sentido:

"Por todo o exposto, esta Procuradoria de Contas opina no sentido de que esta Egrégia Corte de Contas adote o seguinte julgamento: I – pelo proferimento de decisão definitiva pela regularidade com ressalva da conta anual de gestão do Fundo Municipal de Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Naviraí/MS, relativas ao exercício de 2017, prestada pela senhora Maria Telma de Oliveira Minari, Secretária Municipal de Assistência Social à época, conforme artigo 59, II, da Lei Complementar nº 160/2012; II – pela aplicação de multa ao responsável com fulcro no artigo 46 da Lei Complementar nº 160/2012, pela remessa intempestiva da prestação de contas e de dados ao SICOM; III – pela recomendação ao atual contador do órgão para que aperfeiçoe o processo de elaboração de notas explicativas, seguindo orientações do MCASP, e as publique conjuntamente aos demonstrativos contábeis; IV – pela recomendação ao prefeito municipal para que adeque a estrutura do Controle Interno de forma a garantir que ele seja efetivo e realize concurso público para o cargo de controlador interno, visto que a natureza do cargo é incompatível com o de provimento em comissão; V - pela comunicação do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal/88."

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

A presente prestação de contas segue os parâmetros normativos estabelecidos pela Lei n. 4.320/64, Lei Complementar n. 101/2000, Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012 e Resolução TCE/MS n. 54/2016, vigente à época.

Compulsando os autos, vejo que assiste razão à Auditoria e ao MPC, quanto às ressalvas propostas, com as recomendações para que nos próximos exercícios financeiros o responsável elabore as Notas Explicativas de acordo com o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e promova a sua publicação e encaminhamento a este Tribunal de Contas. E, também, para que promova estudos no sentido de realizar concurso público para o preenchimento do cargo de controlador interno.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, **acolho em parte** a conclusão da equipe técnica da DFCGG/CCM, e, na íntegra, os pareceres da Auditoria e do MPC, e **VOTO**:

1. pela **regularidade, com ressalva,** da prestação de contas anual do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Naviraí, referente ao exercício de 2017*,* sob a responsabilidade do Sr. José Izauri de Macedo e da Sra. Maria Telma de Oliveira Minari, respectivamente, ex-prefeito municipal e gestora municipal, à época, dando-lhes a devida quitação, com fundamento no art. 59, II, c/c. o art. 60, ambos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período;

2. pela **aplicação de multa no valor de 30 (trinta) UFERMS** ao Sr. José Izauri de Macedo, ex-prefeito municipal, inscrito no CPF sob o n. 065.450.841-00, pela falta de remessa tempestiva de documentos, com fulcro no art. 46 da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012;

3. pela **aplicação de multa no valor de 30 (trinta) UFERMS** a Sra. Maria Telma de Oliveira Minari, gestora municipal, à época, inscrita no CPF sob o n. 183.117.738-23, pela falta de remessa tempestiva de documentos, com fulcro no art. 46 da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012;

4. pela **concessão** do prazo de **45 (quarenta e cinco) dias úteis** para que os responsáveis acima nominados recolham os valores das multas impostas nos itens 2 e 3 aos cofres do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), comprovando-se nos autos, com fulcro nos arts. 54 e 83 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 185, I, “b”, e § 1º, I e II, e o art. 210, ambos do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, sob pena de cobrança executiva, nos termos do art. 77, § 4º, da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul;

5. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, as normas que norteiam a Administração Pública, a fim de não incorrer nas mesmas impropriedades, nos termos do art. 185, IV, *b*, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018;

6. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que promova estudos no sentido de realizar concurso público para o preenchimento do cargo de controlador interno;

7. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Relator, pela regularidade com ressalva da prestação de contas anual de gestão dando quitação ao ordenador de despesas, pela aplicação de multas aos responsáveis, e pelas recomendações aos atuais gestores.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Relator o Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros, Waldir Neves Barbosa, Ronaldo Chadid, Jerson Domingos, Marcio Campos Monteiro e Flávio Kayatt.

Presente o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas José Aêdo Camilo.

Campo Grande, 2 de dezembro de 2021.

Conselheiro **OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

Relator

NCB / VAB/dssm